



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CAMPUS ACADÊMICO DO AGRESTE

NÚCLEO DE GESTÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANTONIO LEONARDO DA ROCHA SILVA VALENÇA

**DISCUSSÃO SOBRE ALGUNS DOS POSSÍVEIS IMPACTOS QUE A CRISE
SANITÁRIA DA COVID-19 OCASIONOU NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE
BRASIL E CHINA**

Caruaru

2024

ANTONIO LEONARDO DA ROCHA SILVA VALENÇA

**DISCUSSÃO SOBRE ALGUNS DOS POSSÍVEIS IMPACTOS QUE A CRISE
SANITÁRIA DA COVID-19 OCASIONOU NAS RELAÇÕES COMERCIAIS
ENTRE BRASIL E CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Economia do Campus Agreste da
Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, na modalidade de artigo científico,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharel/licenciado em 2023.2.

Área de Concentração: Economia
Internacional.

Orientador (a): Prof^ª Monaliza de Oliveira Ferreira

Caruaru

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por toda a força e perseverança que me concedeu durante a trajetória acadêmica e pessoal.

Aos meus pais, que sempre fizeram tudo que era possível para que essa graduação se realizasse, e pelo apoio incondicional em todos meus momentos.

Às minhas irmãs e à minha noiva, que vibram a cada conquista minha e por todo incentivo dedicado a mim.

Aos meus amigos da faculdade, por toda ajuda, conselho e apoio durante esse período. Vocês foram imprescindíveis.

Aos demais amigos e familiares, por quem tenho enorme consideração e gratidão pelos momentos de apoio e distrações.

Aos professores da UFPE, que mesmo com todas as dificuldades que enfrentamos neste período pandêmico ministraram as aulas com excelência e dedicação.

À minha orientadora Monaliza Ferreira, seu apoio foi importantíssimo durante não só a realização do trabalho, mas enquanto professora do Curso com uma dedicação inspiradora.

Um agradecimento extensivo aos membros avaliadores da banca de TCC, Professor Valdecy Guimarães e Rosa Kato, pelas valiosas sugestões.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRI	Cinturão e Rota
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
CDB	China Development Bank
CTI	Comitê de Tecnologia e Informação
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimentos Estrangeiros Direto
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX	Organização para a Cooperação de Xangai
PIB	Produto Interno Bruto
RCEP	Parceria Econômica Abrangente Regional
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Discussão sobre alguns dos possíveis impactos que a crise sanitária da Covid-19 ocasionou nas relações comerciais entre Brasil e China

Antonio Leonardo da Rocha Silva Valença¹

RESUMO

Este trabalho propôs uma discussão acerca dos possíveis impactos que a pandemia da Covid-19 causou nas relações econômicas entre Brasil e China. Para tal, foi analisada a balança comercial no Brasil e na China, foram identificadas e analisadas políticas de cooperação entre Brasil e China e analisadas as mudanças no mercado brasileiro de bens e serviços. O comércio entre os dois países torna-se relevante a nível mundial diante da capacidade econômica de ambos e o crescimento nos últimos anos. O mundo todo sofreu e ainda sofre consequências socioeconômicas advindas da pandemia e por este motivo torna-se importante a discussão sobre esse tema. O método desta pesquisa é descritivo-exploratório. A análise exploratória dos dados da Balança Comercial entre os dois países considerou o recorte temporal de 2017 a 2022 e utilizou como fonte dos dados o Sistema ComexStat do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço (MDIC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de analisar as variações no período mencionado. As outras variáveis foram tratadas a partir da literatura disponível citada. Indiscutivelmente, a China é a principal parceira comercial brasileira, ainda que a concentração se dê em *commodities* com menor geração de valor. Mas apesar do notório crescimento comercial entre os dois países, evidentemente a pandemia representou um período muito complexo e devastador no âmbito econômico. E embora tenha havido e ainda haja uma cooperação simultânea entre os países, não se pode descartar o iminente risco à força industrial brasileira devido à baixa vantagem cooperativa do Brasil relativamente à China.

Palavras-chaves: comércio bilateral Brasil-China; impactos econômicos da Covid-19; políticas públicas.

ABSTRACT

This paper proposed a discussion about the possible impacts that the Covid-19 pandemic has caused on economic relations between Brazil and China. To this end, we analyzed the trade balance in Brazil and China, identified and analyzed cooperation policies between Brazil and China and analyzed the changes in the Brazilian market of goods and services. Trade between

¹ Graduando em Economia pela UFPE. E-mail: antonio.leonardov@ufpe.br

the two countries becomes relevant worldwide given the economic capacity of both and growth in recent years. The whole world has suffered and still suffers socioeconomic consequences arising from the pandemic and for this reason it becomes important to discuss this topic. The method of this research is descriptive-exploratory. The exploratory analysis of the Trade Balance data between the two countries considered the time frame from 2017 to 2022 and used as data source the ComexStat System of the Ministry of Development, Industry, Trade and Service (MDIC) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in order to analyze the variations in the mentioned period. The other variables were treated from the available literature cited. Undoubtedly, China is the main Brazilian trade partner, although the concentration is in commodities with less value generation. But despite the notorious commercial growth between the two countries, evidently the pandemic represented a very complex and devastating period in the economic sphere. And although there has been and still is a simultaneous cooperation between countries, one cannot rule out the imminent risk to the Brazilian industrial force due to Brazil's low cooperative advantage over China.

Keywords: Brazil-China bilateral trade; economic impacts of Covid-19; public policies.

DATA DE APROVAÇÃO: 18 DE MARÇO DE 2024

1 INTRODUÇÃO

O comércio entre Brasil e China tem crescido aceleradamente no século atual. Um dos grandes motivos para o crescimento da relação comercial entre ambos é a forte participação da China nas exportações do mercado internacional, que em 2009 tornou-se a maior exportadora mundial. Diferentemente do Brasil, que demanda da indústria chinesa em sua maioria bens manufaturados, a China tem grande participação no comércio de bens primários brasileiros como também *commodities* e participa direta e indiretamente nos fluxos de importação e exportação brasileiro (Hiratuka e Sarti, 2016). Iniciativas como Cinturão e Rota² e a adaptação ao *offshoring*³ têm trazido uma grande perspectiva de ainda mais crescimento no comércio entre os dois países e ambos possuem um grande potencial mundial

² Cinturão e Rota (BRI) foi uma iniciativa criada pelo presidente Chinês Xi Jinping no ano de 2013, projeto de cooperação com o intuito de financiar obras de infraestrutura, estratégia de inserção chinesa no mercado global (Pautasso *et al.*, 2021).

³ Meio de terceirização em que a empresa realoca parte do seu processo produtivo para outra área geográfica.

quando se trata de Investimento Estrangeiro Direto (IED), sendo a China o segundo maior destino mundial e o Brasil o maior da América Latina (IPEA; CAITEC, 2021).

Além de ser o maior exportador, a China tem uma imensa representação no comércio de importações, sendo o segundo país do mundo que mais importa. Desde 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, havendo um grande crescimento do investimento na economia brasileira através do IED. Sendo assim, observa-se uma consolidação do mercado chinês no Brasil através de fusões e aquisições de empresas brasileiras, modelo conhecido como *brownfield* e considerado o meio mais eficiente para incorporação das empresas chinesas. Em 2017 as exportações do Brasil para a China tiveram uma representação de 46% em produtos básicos e 37% de produtos manufaturados, participação essa que vem sendo observada desde o início do século e que sinaliza um enfraquecimento do mercado manufatureiro brasileiro no comércio com os chineses (Haffner e Barbosa, 2020).

Em estudo recente, Baumann *et al.* (2021) elenca como fator determinante da entrada desses investimentos estrangeiros no país, durante o período de 2010 e 2019, as perspectivas de crescimento econômico, disponibilidade de recursos naturais, intensificação das políticas de atração de capital, estabilidade econômica e política, magnitude do mercado interno e as mais recentes políticas de privatização. Além disso, os maiores investimentos no Brasil teriam como alvo os setores primários de exportação e o desempenho do investimento direto externo realizado teria sido pouco expressivo, gerando por vários anos um saldo líquido deficitário.

A pandemia da Covid-19 é considerada uma peste sanitária com muitos efeitos danosos sobre as finanças de todas as nações do globo. Pode ser considerada a doença do século e causou inúmeros malefícios para a sociedade no mundo todo. Além de ter sido responsável pela morte de mais de 6,2 milhões de pessoas (UNCTAD⁴, 2022a), a pandemia também causou grandes estragos na área econômica, estimando um vasto crescimento da extrema pobreza e aumentando a desigualdade social.

Claramente alguns setores sofreram mais que outros, de forma que algumas classes sociais, especialmente as mais vulneráveis, observaram uma profunda crise de subsistência. A participação do Estado nas economias em todo o mundo e a cooperação entre os países foram fundamentais para a contenção não só da crise sanitária, mas também da economia através de

⁴ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

políticas internas e externas protegendo a população mais vulnerável e também as empresas. Esse período de pandemia também foi fundamental para o crescimento acelerado da economia digital, que traz consigo duas consequências importantes: o fortalecimento da economia e o serviço de adequação laboral da população, mediante as medidas de distanciamento, mas que também revela um crescimento desigual, em que se beneficia a parcela da população com mais acesso ao meio digital (UNCTAD, 2022a).

Diante da recessão econômica enfrentada pelo Brasil ao longo dos anos 2014 a 2016, o país encara os anos de 2017 a 2019 com algumas dificuldades de crescimento decorrentes da recessão anterior. Logo, com a economia já fragilizada, observa-se problemas ainda maiores com o início da crise sanitária, acarretando em *déficits* fiscais ainda maiores em decorrência da perda de receitas fiscais e um substancial aumento nas despesas para amenizar os impactos econômicos negativos em parte da população. O isolamento social foi fundamental para o início da crise no âmbito econômico no Brasil, causando mudanças nas perspectivas macroeconômicas e sinalizando uma adequação necessária para o novo cenário em todo o mundo (Trece, 2020).

Após grandes perdas econômicas no ano de 2020, o ano subsequente foi de reorganização e teve uma ligeira recuperação em termos de Investimento Estrangeiro Direto, alcançando fluxos globais 64% maiores que no ano anterior. Apesar desse crescimento, há uma concentração no fluxo por parte dos países desenvolvidos, que foram responsáveis por US\$ 746 bilhões do Investimento, quase 75% do volume total. Outra observação importante foi a cautela na economia industrial diante das incertezas do mercado, tendo assim uma participação baixa nos investimentos levantados e que ainda não recuperou seus níveis pré-pandêmicos (UNCTAD, 2022b).

Ante o exposto, o objetivo geral deste estudo consiste em discutir sobre alguns dos possíveis impactos que a crise econômica gerada pela pandemia da Covid-19 ocasionou nas relações comerciais entre Brasil e China. Para tal, pretende-se especificamente: (i) analisar a balança comercial dos anos 2017 a 2022 no Brasil e na China; (ii) identificar e analisar políticas de cooperação entre Brasil e China, ao longo de 2017 a 2022; (iii) analisar as mudanças no mercado brasileiro de bens e serviços em 2020 e 2022.

Diante da necessidade de identificar eventuais impactos que a Covid-19 causou nas relações comerciais entre Brasil e China, o método desta pesquisa é descritiva-exploratória

dividida em seções que abordam as seguintes variáveis de interesse: Balança Comercial Brasil-China, Políticas de Cooperação Brasil-China e Mercado de Bens e Serviços do Brasil.

A análise exploratória dos dados da Balança Comercial entre os dois países, considerou o recorte temporal de 2017 a 2022 e utilizou-se como fonte dos dados o Sistema ComexStat do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço (MDIC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de analisar as variações no período mencionado. As outras variáveis foram tratadas a partir da literatura disponível elencada na seção de Referências.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Desde o surgimento da humanidade que o comércio se faz presente nas diversas civilizações. Para o comércio internacional, é necessário a existência e comercialização entre as nações, teoria que foi extremamente discutida por diversos pensadores econômicos, com o intuito de entender o funcionamento desse comércio. Adam Smith, com a teoria da vantagem absoluta; David Ricardo, com a teoria das vantagens comparativas; e Heckscher - Ohlin com o modelo de dotação relativa dos fatores. Estes tomaram a premissa do livre comércio. Com o passar do tempo e a modernização das nações, observa-se que houve grandes mudanças na economia internacional com o surgimento de blocos econômicos, tais como a União Europeia (Prates e Pereira, 2015).

O comércio internacional tem se tornado cada vez mais relevante e também passado por profundas mudanças ao longo dos últimos séculos. Diante de tal complexidade, foi criado o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio⁵ (GATT) em 1947, apenas 7% da produção mundial era exportada. Diante da necessidade de melhorar o comércio multilateral, no ano de 2001 deu-se início a Rodada Doha⁶ no Catar e neste mesmo ano mais de 25% da produção mundial já era destinada ao comércio exterior (Cesar e Sato, 2012).

Apesar de se intensificar ainda mais com a globalização, o comércio internacional é fruto das primeiras relações de trocas que permitiram as nações utilizarem seus recursos de maneira mais eficiente. O Brasil particularmente, desde seu surgimento é um país com grande inserção no comércio internacional. Inicialmente com a atividade extrativa do pau-brasil e

⁵ Acordo multilateral de comércio internacional tendo por princípio básico o livre comércio.

⁶ Criada em 2001 pela Organização Mundial do Comércio (OMC) com a intenção de promover e intensificar o livre comércio para países em desenvolvimento, diminuindo barreiras comerciais.

posteriormente com a produção agrícola, a cana de açúcar, o cacau e o café, que são exemplos dessa comercialização (Prates e Pereira, 2015).

Outro fator importante observado no comércio internacional são as diferenças culturais, demográficas e populacionais entre os países. Diante disso, Medeiros (2015), tratando da relação sino-brasileira, destaca essas diferenças, mostrando que em 2013 a China já possuía uma população aproximadamente seis vezes maior que a brasileira. Ademais, a taxa de analfabetismo na China era de apenas 4,9% ante 8,7% no Brasil, considerando o tamanho populacional chinês, esses números evidenciam a discrepância na educação dos dois países, podendo fomentar a discussão do perfil exportador de cada país diante da mão de obra qualificada.

As relações diplomáticas entre Brasil e China tiveram início no ano de 1974 e desde então mostraram interesses em desenvolvimento comuns em determinados tópicos. Oliveira (2010) visualiza o Brasil como um país fonte supridora de matérias-primas, com destaque para produtos alimentícios e insumos básicos, enquanto a China é especializada em manufaturados. Em sua análise, Oliveira observa que todo o mundo passou por uma reestruturação financeira e política após a crise internacional de 2008, rediscutindo regras no âmbito internacional, o que trouxe reflexos sobre as economias atuais.

Do ponto de vista político, Becard (2011) pondera que os anos iniciais da relação bilateral entre Brasil e China foram a passos lentos diante da situação política de ambos no ano de 1974, Brasil passando pela ditadura militar e a China sob forte radicalismo e mudanças na política interna. Já em 1978 com a assinatura do primeiro acordo comercial entre Brasil e China, a corrente de comércio entre eles saltou de US\$ 19,4 milhões em 1974 para US\$ 202 milhões em 1979. Além disso, Oliveira (2010) ressalta que a primeira década do século XXI indiscutivelmente acelerou as relações sino-brasileiras tornando a China, no ano de 2010, o principal destino das exportações brasileiras. Esse crescimento foi considerado até determinado ponto preocupante do ponto de vista da dependência brasileira nas *commodities*.

Outra questão levantada por Oliveira e Pinto (2017), refere-se ao baixo valor agregado da pauta exportadora brasileira para China, considera-se ainda que em razão da grande participação e ascensão chinesa nas importações brasileiras de produtos manufaturados e tecnológicos de maior valor agregado, levou a China, ao mesmo tempo que grande aliada, possível concorrente da indústria brasileira.

Segundo Lopes (2020), nas últimas duas décadas a pauta exportadora centrada em *commodities* primárias tem se caracterizado em economias periféricas. Verifica-se ao longo dos anos essa intensificação e reprimarização da pauta exportadora brasileira. Atribuindo um recorte temporal, entre 1979 e 2009 a principal pauta exportadora brasileira foi de produtos manufaturados, entretanto, com o declínio dessas exportações e a reprimarização da pauta a partir de 2009 até então o Brasil voltou a ter uma exportação majoritariamente básica.

Nesse ínterim, Xavier (2013) verificou potenciais nichos de exportação brasileira para China que ainda não foram completamente explorados, tendo como principais dificuldades a distância entre os países e as estruturas produtivas diferenciadas, assim como as barreiras implementadas pela China para importação de manufaturados. Observa-se ainda que apesar da existência desse mercado inexplorado, a tendência de concentração na pauta de exportações brasileiras continua.

Segundo pesquisa realizada por Silva *et al.* (2018), havia uma previsão de que no ano de 2024 o Brasil assumiria a liderança das exportações mundiais do setor agrícola, partir de um levantamento feito pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa (OCDE). Essa consolidação brasileira no setor agrícola deve-se também aos fatores edafoclimáticos favoráveis à produção, tais como temperatura estável ao decorrer do ano; abundância de terras com qualidade para cultivo; topografia plana; tecnologia investida no setor, entre outros.

Ao longo da última década, a consolidação das exportações de *commodities* agrícolas brasileiras tem se intensificado e apresentado expressivo crescimento. O Brasil é líder na produção e exportação de diversos produtos agrícolas, como açúcar, soja, carne bovina, aves, café, algodão e milho (Quintam e Assunção, 2023).

Tratando-se do comércio interno, o setor de bens e serviços nos últimos anos tem passado por intensas transformações no jeito de lidar com as novas tecnologias e satisfações dos clientes. Esta filosofia valoriza o cliente, colocando sua satisfação como prioridade para obter melhores resultados. Especificamente o setor de serviços tem aumentado consideravelmente sua participação na economia global (Oliveira *et al.*, 2013).

Além disso, Silva (2023) destaca que o setor de serviços representa cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) em economias de alta renda, no Brasil em 2020 o setor representou cerca de 60% do PIB. Além de contribuir para diminuição do desemprego e

diversificar as exportações. O autor ainda salienta a importância e prosperidade que se apresenta no comércio internacional de serviços.

Diante dessa discussão, reitera-se a importância do tema e justifica-se a realização deste trabalho.

3 ESCOLAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

As teorias clássicas acerca do comércio internacional se potencializam a partir do livro *A Riqueza das Nações* de Adam Smith ao final do século XVIII, diante de elogios e críticas, outros ensaios sobre o tema foram surgindo e complementando a discussão. Posteriormente sendo complementado também por David Ricardo, Heckscher e Ohlin, entre outros (Moreira, 2012).

A Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo obteve êxito ao apresentar uma teoria do comércio internacional, que a princípio forneceria um mecanismo automático de ajustamento do balanço de pagamentos, fazendo com que todos os países pudessem praticar o livre comércio, seguindo seu raciocínio (Gontijo, 2007). Diante disso, o modelo ricardiano é imprescindível para qualquer discussão acerca do comércio internacional, entendendo sua lógica aos países poderem baratear os custos dos produtos que se fossem produzidos domesticamente seriam mais caros, optando por especializar-se naquilo que se tem menor custo de produção ou custo de oportunidade (Jayme, 2001). De todo modo, ainda que muito válida e discutida até os dias atuais, Gontijo (2007) visualiza vários problemas no modelo ricardiano. Dentre eles, o fato de David Ricardo considerar uma troca direta de produtos, enquanto a realidade do comércio internacional traz consigo o importante papel do valor da moeda, podendo influenciar na vantagem relativa de determinada mercadoria.

Contudo, estes citados anteriormente representam uma teoria relacionada principalmente à microeconomia. Tratando-se de valores subjetivos, surge então a teoria do valor subjetivo que propõe uma economia baseada no conceito da utilidade marginal, revolucionando a discussão acerca das teorias econômicas. Stanley Jevens na Inglaterra, Leon Walras na França e Carl Menger na Áustria foram responsáveis pelo surgimento dessa nova escola, os chamados neoclássicos (Bresser-Pereira, 1974).

Complementando a teoria neoclássica, Heckscher-Ohlin pondera a especialização do país na produção de bens intensivos naquilo que o país tem em abundância no seu território. Não contrariando totalmente a teoria ricardiana, mas complementando-a no sentido da

importância da especialização, a dotação de fatores de produção. Essa teoria foi complementada e formalizada por Paul Samuelson e Ronald Jones. A diferença verificada entre as teorias clássicas e neoclássicas, é que na clássica, mais precisamente de David Ricardo, as vantagens se originam de diferenças tecnológicas, já na neoclássica é resultado das diferenças de dotação ou de abundância relativa dos fatores (Sarquis, 2011).

Baseado no utilitarismo, Carl Menger criou o conceito de Utilidade Marginal Decrescente, mensurando a variação da satisfação do indivíduo a cada unidade adicionada, chegando a conclusão que a cada unidade adicionada a satisfação é reduzida. Diante de tamanha proporção, essa teoria da Utilidade Marginal Decrescente ficou conhecida como Revolução Marginalista (Santos e Oliveira, 2016).

Com o intuito de contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, foi criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. A CEPAL constituiu-se em uma escola do pensamento econômico, diante da interpretação do desenvolvimento econômico especialmente da América Latina. A realidade das economias latino-americanas descrita por essa corrente de pensamento era de deterioração dos termos de trocas tendencial e o aumento da disparidade entre as economias já desenvolvidas com as subdesenvolvidas, resultado da intensificação e especialização da exportação em produtos primários (Almeida Filho e Corrêa, 2011), como observado e discutido, assemelha-se com o perfil exportador brasileiro.

4 TRANSFORMAÇÕES NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E AS RELAÇÕES COM A CHINA

A Balança Comercial é o principal indicador para mensurar o comportamento do comércio internacional de um país, avaliando suas exportações e importações e diagnosticando se naquele momento o país apresentou *superávit* ou *déficit* comercial. Mas o comércio internacional é duramente afetado em casos de crises mundiais, com diversos choques externos que mudam o rumo da economia, tal como ocorrido a partir da crise sanitária da Covid-19 (Hister e Werlang, 2021).

Portanto, as exportações podem possuir um efeito bastante positivo de forma direta e indireta para um país. No curto prazo, há um efeito imediato na demanda agregada, influenciando diretamente o PIB. No longo prazo, com o aumento das exportações, há uma melhoria na produtividade total dos fatores. Do ano de 1997 até 2023, o Brasil costumeiramente apresenta *superávits* primários, com exceção dos últimos anos da década de

1990, em que as políticas adotadas na época tiveram grande influência para os números apresentados, salientando que o real estava parelho ao dólar e as políticas de abertura econômica foram bem agressivas, gerando excessivas importações. Outro momento em que o Brasil teve anos de *déficit* comercial acentuou-se na crise política dos anos de 2013 e 2014, ocasionando que a balança fechasse deficitária. Diante do fato exposto, nota-se a relevância que a Balança Comercial tem no PIB brasileiro, considerando que a equação que mensura o PIB leva em consideração o saldo dessa balança (Hohn, 2021).

Já os chineses se sobressaíram na economia capitalista a partir do início dos anos 1990 e em maior escala a partir da década seguinte com sua estratégia de avançar nos setores de maior valor agregado, tornando-a ao final dos anos 2000 o maior parque industrial do mundo com uma participação próxima aos 20%. As economias semiperiféricas e periféricas da América Latina tiveram grande importância para a ascensão chinesa, tanto pelo fornecimento de produtos primários triviais para sua vasta população como também por terem uma notável participação nas exportações deste pólo asiático. Nesse sentido, os países latino-americanos apresentaram elevados níveis de crescimento no início do século XXI puxados pela grande demanda chinesa por *commodities*, que apesar de sua expressiva participação⁷, o setor financeiro teve forte participação na consolidação global fazendo com que o país ocupasse um papel de destaque na geopolítica mundial. Um bom exemplo de quão grande foi a atuação do setor financeiro Chinês é o CDB (China Development Bank) tornando-se o maior banco de desenvolvimento do mundo (Barbosa, 2021).

Notoriamente, percebe-se que a inserção chinesa no mercado capitalista pós Segunda Guerra Mundial é realizada de forma gradual tanto comercialmente como financeiramente. A inserção da China na América Latina é expressiva e de certa forma preocupante para os países localizados no continente, especialmente o Brasil. Apesar da pujança chinesa no crescimento brasileiro no início da década de 2000, ela também tem se apresentado como uma crescente concorrente brasileira nas esferas comerciais e política (Pini, 2015).

Na ótica política, Pini observa um Brasil que estava criando um significativo protagonismo entre os países vizinhos, sendo substituído pela força chinesa, exemplificado pela troca de investimento de obras financiadas na Argentina a partir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devido ao não cumprimento dos compromissos assumidos e posteriormente sendo integrado nestes investimentos recursos de empresas chinesas. No campo comercial, a preocupação evidencia o padrão em que se realiza

⁷ Vale salientar que esse não foi o único modo de expansão adotado pela China nessas regiões.

o comércio entre ambos os países, atribuindo uma já visível desindustrialização brasileira e também certa dependência na exportação de *commodities*, preocupante principalmente pelo modelo político Chinês que tem avançado mesmo que lentamente o seu mercado interno e diminuindo a representatividade da importação brasileira em seu país (Pini, 2015).

Sua política agressiva de avanço no comércio internacional tem se concentrado, como mencionado no parágrafo anterior, principalmente em economias regionais e semiperiféricas, precarizadas no mercado global. Exemplos dessa expansão de política cooperativa chinesa correspondem à Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP), o acordo comercial entre os países do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), o Fórum de Boao para Ásia e o Cinturão e Roda (BRI). O BRI evidencia a estratégia chinesa de inserção internacional, atendendo especialmente a América Latina que em partes acaba sendo favorecida diante da rivalidade EUA-China, observando que a maior potência do Globo enfrenta dificuldades para suprir demandas regionais (Pautasso *et al.*, 2021).

A Balança Comercial, por ser considerada um dos principais indicadores para avaliar a competitividade de um país, torna-se imprescindível para tomadas de decisões e um alinhamento das políticas públicas uma análise mais detalhada dela. No ano de 2017, o Brasil alcançou um *superávit* de 66,98 bilhões de dólares, enquanto no ano de 2018 recuou 12,4%, apresentando um *superávit* de 58,65 bilhões de dólares (Bezerra e Fernandes, 2021). Já no ano de 2019 o Brasil atingiu uma exportação de US\$ 225,383 bilhões e importação de US\$ 177,347 bilhões, gerando um *superávit* de US\$ 48,035 bilhões (Alkmim *et al.*, 2021). Portanto, o ano de 2019 apresentou uma queda de 18,10% em relação ao *superávit* de 2018.

Diante do grande desafio do enfrentamento à pandemia e à consequente crise econômica, os países injetaram recursos em suas economias com o intuito de minimizar os danos e até mesmo de uma retomada de crescimento mais rápido. No Brasil, apesar de um cenário internacional incerto e desafiador, atribuiu-se parte da redução de danos no ano de 2020 à exportação de *commodities*, em especial os minerais. A China, mais uma vez, foi o principal destino das exportações brasileiras, representando 32,3% do total exportado e apresentando uma variação positiva neste quadro em relação ao ano de 2019. Enquanto o segundo maior destino foram os Estados Unidos, que comparado ao ano de 2019 os americanos amargaram uma queda de 27,7% representando 10,2% das exportações brasileiras. Chama-se a atenção para o comércio entre Brasil e China no ano de 2020, em que as exportações brasileiras acentuaram um crescimento enquanto as importações advindas da

China diminuíram em 3,5% no mesmo período analisado. As altas nos preços dos minérios de ferro e a demanda Chinesa foram fundamentais para este notório crescimento já que em toneladas consumidas a variação foi negativa, comprovando que o que manteve a elevação foi o aumento nos preços. Deste modo, destaca-se que no saldo comercial com os chineses, o Brasil apresentou um *superávit* de US\$ 33,7 bilhões e a corrente de comércio⁸ chegou a US\$ 101,8 bilhões (Mota, 2021).

Para Höhn (2021) a pandemia do Covid-19. de imediato afetou negativamente e diretamente três componentes da demanda, sendo eles o comércio internacional, o consumo das famílias e a queda dos investimentos. Portanto, ainda em fevereiro de 2020, o Brasil começou a sentir os efeitos negativos, considerando que há pouco mais de dois meses, seu principal destino de exportações já havia se deparado com a crise sanitária e sua economia já se encontrava totalmente desacelerada.

Já no ano de 2021, o Brasil exportou um montante de US\$ 87,9 bilhões, enquanto as importações representaram US\$ 47,6 bilhões, revelando um *superávit* de US\$ 40,2 bilhões, um aumento de aproximadamente 19% frente ao ano de 2020 e a Corrente de Negócios (COMEX)⁹ foi de US\$ 135,5 bilhões. Em 2022 as importações foram de US\$ 60,7 bilhões enquanto as exportações foram US\$ 89,4 bilhões e o *superávit* caiu para US\$ 28,7 bilhões e a corrente de comércio representou US\$ 150,1 bilhões (Brasil/MDIC/Comex Stat, 2023).

Observa-se que o saldo comercial do Brasil com a China apresentou no ano de 2020 um crescimento de 20,8% em relação a 2019, alcançando 33,01 bilhões de dólares de *superávit*. Ainda no ano seguinte cresceu mais 22%, tendo um saldo positivo de 40,26 bilhões de dólares.

⁸ Resultado da soma entre exportações e importações representando o valor total que foi transacionado entre o Brasil e a China.

⁹ Total dos volumes de Importação e de Exportação que dois países realizam entre si.

Tabela 1. Exportação, importação, saldo da balança comercial e variação em % da balança comercial entre Brasil e China (2017 - 2022) - dados em bilhões de US\$

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Var (%)
2017	47,49	27,55	19.94	-
2018	63,93	35,16	28.77	44,3
2019	63,36	36,03	27.33	-5
2020	67,79	34,78	33.01	20,8
2021	87,91	47,65	40.26	22
2022	89,43	60,74	28.69	-28,7
Var. total				43,9

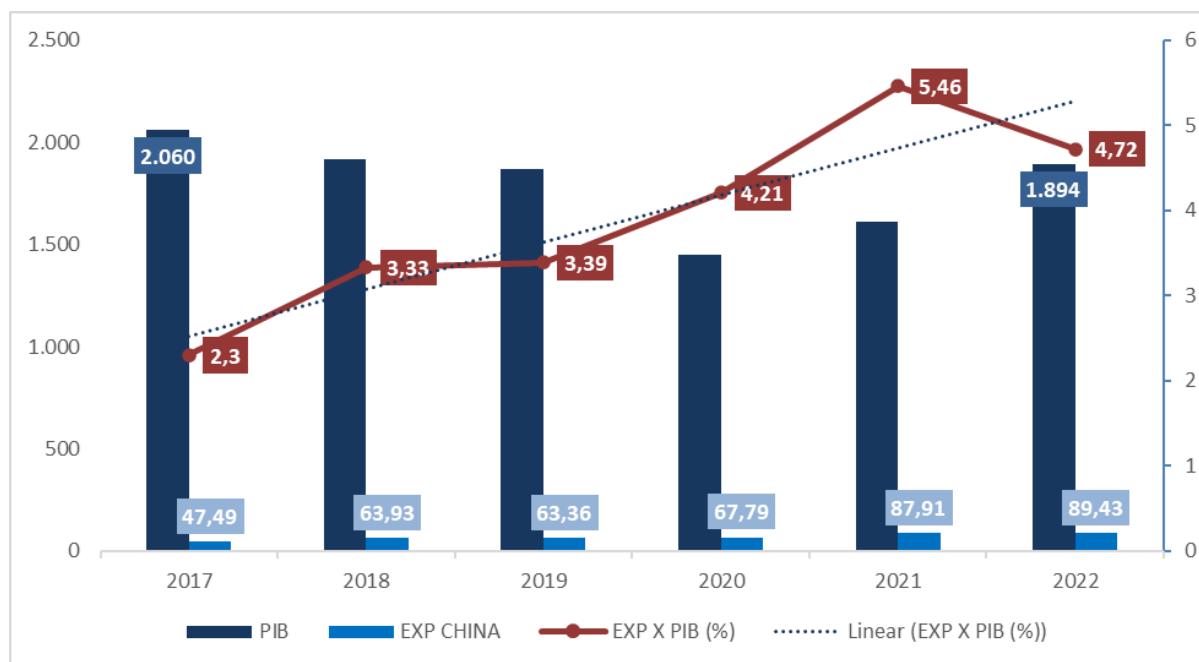
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do BRASIL/MDIC/Comex Stat (2023).

No Brasil, a falta de contêineres vazios para exportações ainda acabou atrapalhando a obtenção de números melhores. O motivo dessa falta foi o acúmulo de contêineres no país asiático devido a um menor número de navios transitando. Não foram apenas as exportações que tiveram dificuldades, no caso das importações diversos atrasos de embarcações, falta de documentação, baixa produção chinesa diante da falta de matérias primas gerando cancelamentos de pedidos. Apesar dessas dificuldades, vale ressaltar que no ano de 2020, com a peste suína africana em plena pandemia, consolidaram-se as exportações brasileiras de aves e carnes bovinas. Enquanto nas importações a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) zerou a alíquota do imposto da importação sobre diversos produtos médicos e hospitalares necessários para o combate à pandemia (Vieira, 2021).

Ainda sobre a cadeia produtiva, a pandemia causou diversos esgotamentos de produtos em todo mundo, evidenciando a crise de interdependência das cadeias produtivas do mundo todo. Somado ao esgotamento dos produtos, houveram dificuldades na infraestrutura logística como mencionado anteriormente (Pena *et al*, 2022).

Segundo Panzini (2023), constatou-se que em conjunto com o crescimento das exportações brasileiras para China está aumentando a concentração dessas exportações em poucos produtos, sendo que os dez principais produtos exportados para China representaram no ano de 2021 90,6% do total exportado. Nota-se também que a participação chinesa no produto brasileiro tem crescido ao longo dos últimos anos (Gráfico 1).

Gráfico 1. Exportações do Brasil para China em termos relativos do PIB em % (2017 - 2022) - Dados em Bilhões de US\$



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do BRASIL/MDIC/Comex Stat (2023).

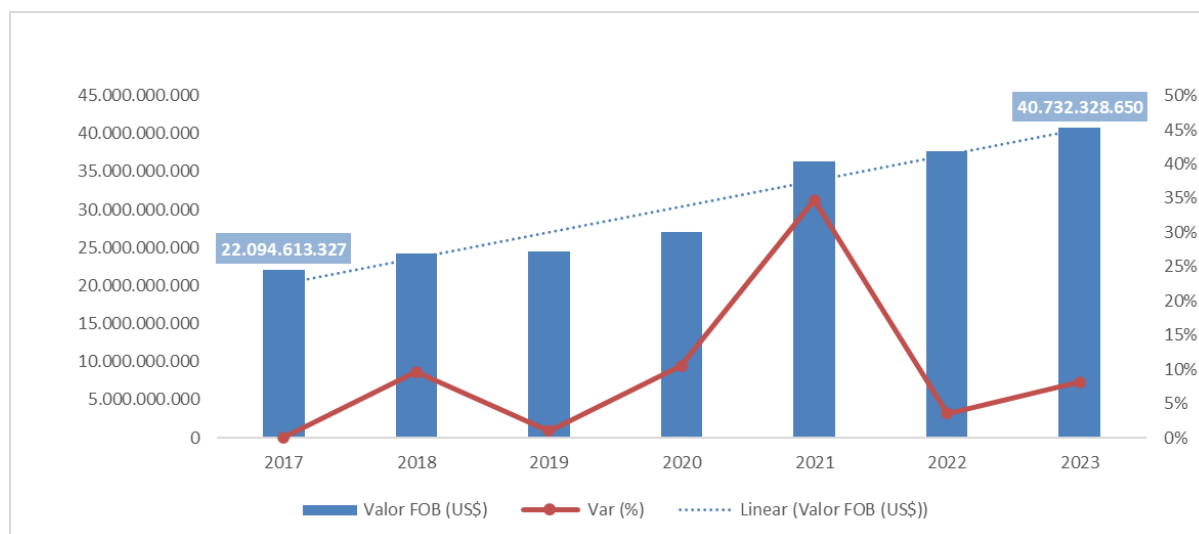
É notável que apesar da crise econômica diante da pandemia, percebe-se que a participação da China no comércio brasileiro apresenta uma tendência de crescimento, tanto em termos relativos ao PIB, como no valor das exportações, apresentando no ano de 2021 um aumento de 34,7% em relação ao ano de 2020.

Contudo, no ano de 2019 houve uma desaceleração nas exportações para a China. A conjuntura política neste ano contribuiu para inúmeras incertezas na relação bilateral Brasil-China, trata-se de um ano com mudanças nas políticas de Comércio Exterior. As incertezas juntamente as falas mais radicalistas acerca do capitalismo e até mesmo críticas proferidas à participação chinesa no comércio brasileiro contribuíram para esta pequena desaceleração, mas que no ano de 2020 seguiu o rumo de crescimento (Pena *et al*, 2022).

Além do crescimento em termos relativos ao PIB observado anteriormente, Lima (2021) destaca que no início da década de 2000 a China recebia apenas 2% do total de

exportações brasileiras, enquanto os EUA eram o maior destino com uma participação de 23,9%. Já no ano de 2020, a China foi o destino de 32,4% das exportações do Brasil, um aumento significativo ao longo do século. Ressalta-se também que as importações aumentaram de 2,1% em 2000 para 21,9% em 2020, apresentando um aumento de 19,8% no período e evidenciando a expressiva participação chinesa no setor comercial brasileiro.

Gráfico 2. Exportações do Brasil para China e variação em % (dados em US\$ - referentes ao período 01/01 a 31/05 de cada ano respectivamente)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do BRASIL/MDIC/Comex Stat (2023).

Analisando a concentração dos produtos mais exportados, nota-se uma maior dependência brasileira. A soja, por exemplo, no ano de 2020 foi o produto com maior participação da exportação com 13,66% (Lima, 2021) e destes, 78,43% foram exportados para a China. O mesmo pode ser observado em Minérios de ferro e seus concentrados que teve uma participação de 12,33% das exportações sendo 71,82% destinados à China. Os três produtos que o Brasil mais exportou em 2020 foram exatamente os que a China mais comprou.

5 MUDANÇAS NO MERCADO BRASILEIRO DE BENS E SERVIÇOS E O COMÉRCIO COM A CHINA

As exportações brasileiras são de predominância agroexportadora, devido ao grande índice de exportação de *commodities*, sendo constatado um crescimento de 165% nas exportações de *commodities* entre 2010 e 2018. A partir do ano de 2014 o Brasil atravessou uma profunda crise macroeconômica que desacelerou o crescimento do país, percebe-se que no ano de 2019 encaminha-se uma recuperação com sinais de crescimento claros assim como

visões otimistas e promissoras acerca dos próximos anos para o Brasil. Entretanto, no ano de 2018 foi iniciada uma guerra comercial entre Estados Unidos e China, os principais destinos das exportações brasileiras. Diante desse cenário, apesar do princípio de retomada da economia brasileira, havia um grande grau de incerteza para os próximos anos também por esse fato. Considerada pandemia em março de 2020, com a falta de soluções que diminuíssem o contágio, houve medidas restritivas de interação social em todo o mundo, afetando diretamente as exportações brasileiras e mundiais. Destaca-se, portanto, como efeito inicial da crise econômica gerada com a pandemia o choque adverso na oferta e demanda de produtos e serviços, diante do isolamento da população e também dos mercados (Hister e Werlang, 2021).

Ressalte-se que o ano de 2016 registrou o início da mudança do comportamento bilateral entre Brasil e China. Diante das propostas de desestatização promovidas na época, a China passou a ocupar o papel de grande investidor das privatizações brasileiras, somando à relação também o aspecto financeiro (Pena *et al*, 2022).

Os fluxos comerciais entre os países foram prejudicados com o avanço da pandemia, fazendo com que fosse dado maior ênfase à produção local para atender à demanda, que de todo modo não foi satisfatória em vários casos, principalmente os que envolveram necessidades básicas para cuidado da saúde, sendo os respiradores um deles. Por outro lado, setores de transporte aéreo, automotivo, varejistas e entre outros que foram forçados a permanecerem fechados ou com restrições de funcionamento e precisaram de um apoio governamental para se manterem (Fleury e Fleury, 2020). O setor tecnológico cresceu cerca de 60% na taxa de contratação durante a pandemia, principalmente pela necessidade de profissionais capacitados para exercer o *home-office* e também profissionais de tecnologia da informação para auxiliar no pleno funcionamento (Lima *et al.*, 2023).

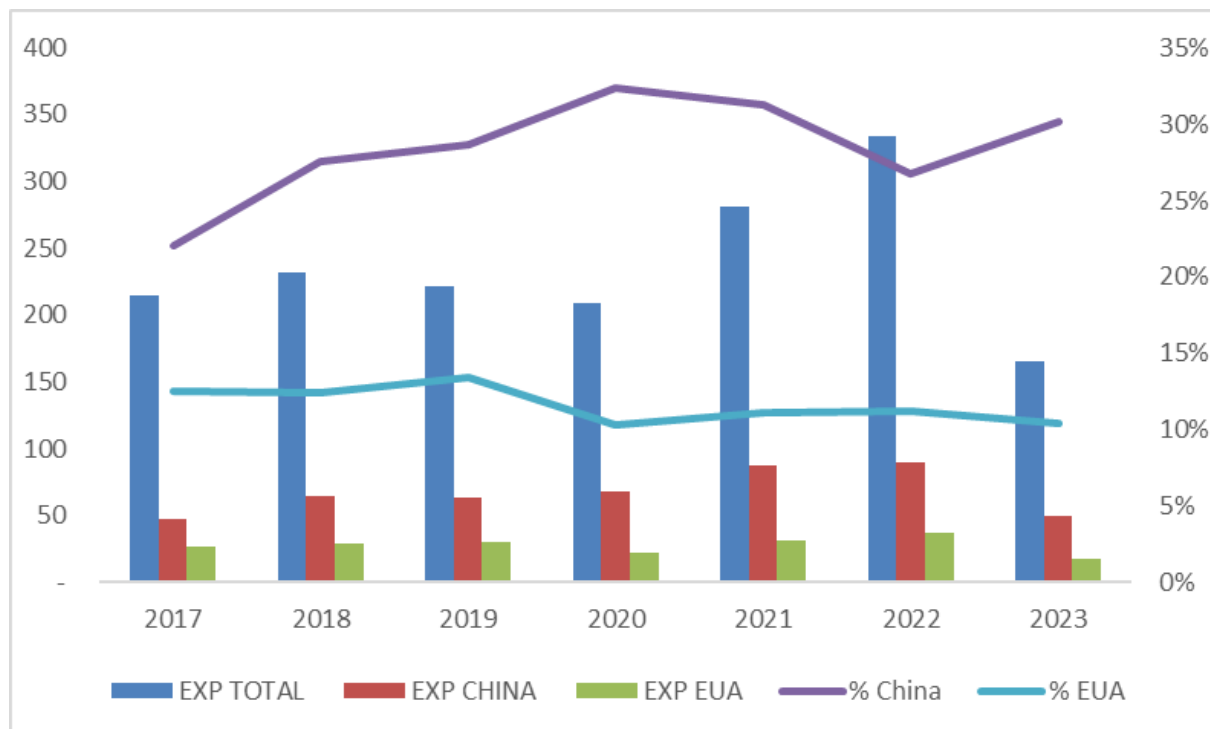
Considerada por diversas organizações multilaterais como causadora de um vasto desafio socioeconômico e sanitário, a Covid-19 tem sido alvo de grandes discussões por todo o mundo e reúne importantes organizações econômicas com o intuito de amenizar seus efeitos. Dentre tantas, elencam-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), UNCTAD, União Europeia e Fundo Monetário Internacional (FMI). É fato que não houve outro fenômeno dessa magnitude que afetou o mundo todo, nem mesmo as crises de 1929 e 2008. Diante da presunção que se tem das medidas necessárias de enfrentamento dos efeitos da pandemia, verificam-se diversos efeitos negativos que ela teria causado na economia, seja na oferta de trabalho, produtividade ou em algum aspecto das

cadeias produtivas mais gerais. Dentre eles, a redução do consumo, investimento privado e enfraquecimento do comércio exterior diante das dificuldades de produção e demanda em todo hemisfério (Amitrano *et al*, 2020).

Um grande percalço para a desaceleração do comércio internacional além do declínio generalizado da demanda foi o aumento das restrições transfronteiriças, assim como o fechamento de portos e inúmeras interrupções logísticas de graus diferentes a depender dos países. O comércio mundial absorveu uma queda aproximada de 9% no ano de 2020 em relação ao ano anterior. Já no ano de 2021, com a flexibilização da economia e a intensificação das medidas sanitárias de combate à pandemia, como por exemplo a vacinação, o comércio reverteu a queda, atingindo um crescimento recorde de aproximadamente 13% comparados a níveis pré-pandêmicos (UNCTAD, 2022a).

Desde o final da década de 2000 que a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil e tem ano após ano ampliando esse mercado. Mas evidencia-se que por várias décadas o País que ocupou essa posição na relação comercial com o Brasil foram os EUA e apesar de relativamente estarem com um percentual do mercado menor, em matéria econômica há uma dependência maior dos EUA do que da China, que tende ao longo dos anos ser revertida a favor da China, mantendo-se o ritmo de crescimento dos investimentos diretos no Brasil (Kalout e Martins, 2022). Tratando-se do período abordado de 2017 a 2022, pode-se observar a seguir que do ano de 2019 em diante a participação americana nas exportações brasileiras têm sofrido pequenas quedas e no ano de 2023 no gráfico avalia-se o primeiro semestre.

Gráfico 3. Exportações do Brasil para China e EUA em termos relativos às exportações totais em % (2017 - 2023) - dados em bilhões de US\$



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do BRASIL/MDIC/Comex Stat (2023).

Apesar de em termos percentuais do total de exportações os EUA apresentarem números menores, tratando-se de números absolutos no ano de 2021 a corrente de comércio entre ambos países atingiram a marca de US\$ 70,5 bilhões, representando o mais novo recorde nessa corrente bilateral. Há uma forte concentração neste comércio com os americanos na atividade econômica Indústria de Transformação, com expressivos percentuais nas importações e exportações, respectivamente, de 86,2% e 82% no ano de 2021 (Kalout e Martins, 2022), já com a China, também se observou um novo recorde no comércio bilateral, alcançando o valor de US\$ 135,55 bilhões. O gráfico 3 demonstra que no primeiro semestre do ano de 2023 há um aumento na participação chinesa nas exportações brasileiras e uma leve queda dos EUA.

A pandemia também foi responsável por acelerar e impulsionar a utilização do *e-commerce* em todo o mundo, inclusive no Brasil. Diante da necessidade de readequação do varejo brasileiro e também do perfil de consumo da população, o *e-commerce* obteve crescimentos expressivos e contínuos nos anos de 2020, 2021 e 2022 observados e analisados por Araujo (2023), a média anual de crescimento do setor antes da pandemia foi de aproximadamente 0,37%, alcançando um crescimento médio anual entre 2020 e 2022 em

torno de 1,19%. Vale ressaltar a importância que essa comercialização tem dentro do varejo tradicional, chegando a representar no ano de 2022 10,14% do total.

Segundo um boletim realizado por Rezende *et al.* (2020) constatou-se que no ano de 2019, 70% da população brasileira tinha acesso à internet, evidenciando a iminente tendência que já se observava antes da pandemia. No início de 2020 com a chegada dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil o *e-commerce* contou com um salto no percentual de novos compradores em autosserviço, ou seja, pessoas que realizaram sua primeira compra *on-line*.

Outra tendência absorvida pela pandemia no mercado de bens e serviços é a utilização do *marketplace*, tendo a maior participação do *market share*¹⁰, em que as três principais empresas com audiência no início de 2023 funcionam ativamente com *marketplace*: Mercado livre com 13,80% de participação, Amazon com 7,60% e Shopee 6,20%. Existem outros exemplos de grandes varejistas nacionais que apesar de não terem a maior representatividade no marketplace, estão oferecendo esse serviço, sendo o caso da Magazine Luiza e Americanas (Araujo, 2023).

Ao expandir o *e-marketplace*, tanto a Magazine Luiza como a Americanas cederam espaço em suas plataformas de venda *on-line* para pequenos produtores e comerciantes escoarem suas mercadorias utilizando-se da rede logística dessas varejistas. Medida que aumentou exponencialmente as vendas virtuais dessas empresas assim como se colocaram em um papel de solidariedade para com os consumidores por cederem este espaço (Rezende *et al.*, 2020).

6 POLÍTICAS COOPERATIVAS E SEUS EFEITOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A cooperação tecno-científica desempenha um papel importante na relação entre Brasil e China, assim como a inovação tecnológica é fundamental para o desenvolvimento das nações, e diante disso o grupo BRICS possui imensa importância no processo de desenvolvimento tecnológico e inovação dos países participantes, é através do BRICS *Multilateral Cooperation Agreement on Innovation* que cada país se compromete em desenvolver projetos de inovação tecnológica. Os projetos têm como focos as áreas de infraestrutura, energia sustentável, inovação em processos nas áreas de serviços, indústria e agronegócio (Zenone, 2018). Outra instituição com grande importância no relacionamento bilateral sino-brasileiro é o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), contendo total

¹⁰ Representa a participação de cada empresa no mercado de seu nicho comparado à concorrência.

autonomia e não possui fins lucrativos, contém duas sedes, sendo uma no Brasil e outra na China.

Observa-se que não só o comércio bilateral entre Brasil e China está se potencializando, mas também o Bloco Econômico BRICS, tornando-se um dos mais importantes do mundo e responsável por mais que $\frac{1}{4}$ do PIB global e correspondendo a 42% da população mundial segundo o relatório de investimentos publicado pela UNCTAD (2023). Apesar do fortalecimento ao longo da última década, há inúmeras incertezas negativas no curto prazo acerca do posicionamento do Bloco, principalmente alavancadas pela Guerra entre Rússia e Ucrânia que já tem impactado no mercado de *commodities*. Embora a primeira década do século 21 tenha trazido excelentes resultados e crescimentos exponenciais de IED para a maior parte do Grupo a níveis individuais, a segunda década de 2011 a 2021 foi repleta de desafios, de todo modo o Grupo obteve números melhores do que a média global.

O crescimento econômico do BRICS é notório, porém, uma discussão abordada por Toni Junior (2023) potencializa que a forte discrepância entre os países participantes e também as barreiras impostas pela China reforçam a ideia de que o bloco ainda não atua de forma igualitária e cooperativa a favor de todos.

Embora haja essa discrepância, o BRICS, com exceção da Rússia, realiza investimentos em países vizinhos o que fortalece a cooperação Sul-Sul além de gerar um impacto social positivo nessas regiões mais pobres, mesmo sendo difícil de ser mensurado (Cavinato, 2017). Entretanto, tratando-se de iniciativas pode-se observar desde sua criação quando foi declarado na primeira cúpula do BRIC a intenção de apoiar uma ordem mundial multipolar mais justa e democrática, afirmando também que a cooperação intra-BRICS¹¹ para áreas sociais mais pobres, apesar de não especificar exatamente quais áreas, destacou-se também o comprometimento do grupo em reforçar a assistência humanitária internacional e a segurança alimentar global (Lobato, 2018).

Tratando-se dos investimentos intra-BRICS, o crescimento no estoque de IED realizou-se em termos absolutos e relativos no período de 2010 a 2020. Na tabela 2 pode-se observar essa variação positiva ao longo da década (UNCTAD, 2023).

¹¹ Investimento ou cooperação direta entre apenas os participantes do Bloco Econômico formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Tabela 2. Estoque de IED Intra-BRICS - Dados em Milhões de US\$

Ano	2010	2015	2020
Brasil	791	2 299	1.935
China	14.512	64.430	151.439
Federação Russa	4.187	3.440	4.819
Índia	622	1.218	1.795
África do sul	7.281	3.978	6.999
Total	27.393	75.365	166.987

Fonte: Adaptado do Relatório de Investimentos BRICS (UNCTAD, 2023).

Esse fortalecimento entre os países participantes do BRICS se dá também através de iniciativas de cooperação extra-BRICS¹², como por exemplo a OCX (Organização para Cooperação de Xangai), iniciativa diplomática liderada pela China, que conta com a participação da Rússia. Há também o Fórum Ibas, projeto de combate à pobreza formado por Brasil, Índia e África do Sul. Apesar dessas iniciativas extra-BRICS, observa-se países mais afinados bilateralmente com uns do que com os outros, refletido na agenda econômica de cooperação entre China e Rússia (Coelho e Capinzaiki, 2017).

Tratando-se das políticas cooperativas com ênfase bilateral entre Brasil e China e baseando-se no campo do Comitê de Tecnologia e Informação (CTI), Dantas (2023) analisa quatro relações cooperativas e seus respectivos impactos com a pandemia do Covid 19: o CBERS¹³, o Centro China-Brasil de Tecnologias Inovadoras, Mudanças Climáticas e Energia, o CBCIN¹⁴ e o Laboratório Virtual da Embrapa no Exterior (Labex). De modo geral, referindo-se à cooperação em CTI, Dantas considera o cenário pré-pandêmico sendo uma transição relevante sino-brasileira que teve seu auge na primeira década dos anos 2000 e início da segunda, chegando em 2019 com diversas dificuldades e com vastas possibilidades de ser explorado por ambos países.

¹² Relação entre um ou mais participantes do BRICS com países de fora do Bloco Econômico.

¹³ Programa de cooperação tecnológica entre Brasil e China para a produção de satélites de observação da terra.

¹⁴ Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia.

A cooperação bilateral sino-brasileira pode ser compreendida em outras diversas áreas e têm se fortalecido também na área acadêmica, estendendo-se para os domínios das ciências agrárias, climáticas, fontes energéticas renováveis, infraestrutura, biotecnologia, tecnologia da informação são apenas alguns exemplos importantes. E diante dessa aproximação da comunidade científica entre os países tendem a gerar melhores resultados para ambos (Pereira, 2022).

Ainda que em partes seja favorável para o Brasil o fortalecimento tanto do ponto cooperativo como comercial, pode ser configurado um risco iminente de tornar-se dependente unilateralmente neste comércio. Além disso, a falta de investimentos chineses no setor agropecuário brasileiro, tendo em vista ser um dos principais segmentos do comércio bilateral, diminuem as vantagens comparativas do Brasil e potencializam uma eventual queda na competitividade brasileira frente a uma concorrência com maiores investimentos tecnológicos que proporcionem custos menores e consequentemente, vantagem comparativas maiores (Pereira, 2022).

Durante a pandemia os laços cooperativos se mantiveram, sendo evidenciado na parceria entre o Instituto Butantan e a Sinovac para produção de vacinas contra a covid-19. No cenário atual percebe-se novos progressos em ciência espacial e com uma perspectiva de maiores estímulos à cooperação em CTI e em outros aspectos relevantes para ambos, ainda que não haja a expectativa de maiores saltos no curto prazo (Dantas, 2023).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido, percebe-se que Brasil e China têm estreitado suas relações comerciais entre 2017 e 2022. Indiscutivelmente, a China é a principal parceira comercial brasileira, ainda que a concentração se dê em *commodities* com menor geração de valor. Ressalta-se que desde 2016 através da desestatização promovida pelo Brasil, a China passou a desempenhar um papel de grande investidor das privatizações brasileiras.

Mesmo diante da dificuldade da obtenção dados e trabalhos sobre o tema, em virtude da brevidade dos fatos, percebe-se que a pandemia, apesar de ter sido tamanho desastre sanitário em todo o mundo, no que diz respeito a relação sino-brasileira e atribuído a vários fatores ao longo desses anos, a pandemia foi um fator determinante no aumento dessa relação bilateral, exemplificando a alta demanda chinesa pelas *commodities* brasileiras e em contrapartida a demanda brasileira por itens de combate a pandemia, como materiais

hospitalares e acessórios de prevenção e combate ao covid. É importante ressaltar também que nesse período a alta nos preços internacionais de diversas *commodities* contribuíram para as variações positivas das exportações brasileiras. Constata-se que os laços cooperativos bilaterais continuaram, apesar das dificuldades no aspecto sanitário. A parceria entre o Instituto Butantan e a Sinovac foi um importante exemplo de acordo cooperativo nesse período.

Mas apesar do notório crescimento comercial entre os dois países, evidentemente a pandemia representou um período muito complexo e devastador no âmbito econômico. No Brasil, afetou diretamente a cadeia produtiva de diversos setores que ficaram desabastecidos devido a dificuldades logísticas e às medidas de enfrentamento, além da baixa produção ocasionado tanto pelo afastamento imediato de colaboradores com sintomas da doença, como pela escala de funcionários reduzidos com o intuito de evitar aglomerações.

Embora tenha havido e ainda haja uma cooperação simultânea entre os países, não se pode descartar o iminente risco à força industrial brasileira devido à baixa vantagem cooperativa que o Brasil possui assim como à falta de investimentos em áreas cruciais que representam grande parte do comércio bilateral, como é o caso do setor agropecuário brasileiro. Percebe-se que a China pode representar um risco à indústria brasileira neste contexto, e ainda que o perfil investidor chinês se concentra em países que não conseguiram se desenvolver tão bem e que acabam não trazendo riscos à potência chinesa.

Já o setor de bens e serviços pode ser observado através de dois pontos de vista: os considerados essenciais durante a pandemia e os não essenciais. É necessário fazer essa divisão devido à diferente magnitude que cada um foi atingido. Estabelecimentos e serviços considerados essenciais no Brasil, passaram por uma readequação imediata na oferta de seus serviços para se enquadrar dentro do padrão necessário para não proliferar o vírus, estes por sua vez e em sua maioria, tiveram bons resultados no período apesar das dificuldades. Um bom exemplo desses bons resultados observamos no setor tecnológico, que cresceu cerca de 60% durante o período pandêmico. Setores varejistas como supermercados, farmácias e materiais de construção também foram considerados essenciais, e nestes casos um grande percalço foram as rupturas de estoque devido às dificuldades logísticas e produtivas decorrentes das medidas de combate à proliferação do vírus. O Governo teve papel fundamental no aspecto econômico com o suporte prestado às empresas e também a população mais vulnerável que não conseguiu trabalhar durante a crise sanitária.

É importante ressaltar que, mediante o que se passou durante o período pandêmico, os hábitos da população no geral evidenciam sinais de mudança, principalmente no aspecto comercial. Tratando-se das firmas, foi acelerado o implante tecnológico em seus processos e atribuições. O atendimento via redes sociais, juntamente com o trabalho em *home-office* se expandiram para outras áreas que não possuíam estes hábitos. Este fator pode ter sido fundamental para o expressivo crescimento nos resultados do setor tecnológico mencionado anteriormente. No que diz respeito ao consumo e em virtude do isolamento social, as pessoas ingressaram massivamente nas compras online, através de aplicativos, sites ou redes sociais. As mudanças não ficaram apenas nos meios de consumo, mas também nos hábitos de consumo, que diante de toda dificuldade enfrentada as famílias passaram a priorizar itens de primeira necessidade, deixando de lado produtos mais supérfluos.

Este estudo apesar de recente, pode viabilizar discussões importantes acerca das relações comerciais entre Brasil e China, assim como traz dados e observações pontuais sobre o comportamento do mercado e das políticas públicas diante das dificuldades que a pandemia trouxe. A limitação do estudo se refere a ausência de dados, o que impossibilitou uma análise estatística, com um modelo que apurasse inferências causais entre as variáveis. Naturalmente, fica a sugestão para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, A.; CARDOSO, B.; NASCIMENTO, L.; BAPTISTA, J. Relações comerciais Brasil e China: os impactos da pandemia covid-19. XII FatecLog, jun. 2021. Disponível em < <https://fateclog.com.br> >. Acesso em setembro 2022.

ALMEIDA FILHO, N.; CORRÊA, V. P.. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento? Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 92-111, jan-abr/2011. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rec/a/tNBLTGVwHygLTFjkSvj73JC/#> >. Acesso em abril 2024.

ANGELI, E.. Caminhos da Escola Austríaca: relação com ortodoxia, engajamento e produção de novo conhecimento. Nova Economia, v.28, n.2, p. 681-704, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3377> >. Acesso em abril 2024.

ARAUJO, W. DE SOARES. Perspectivas do comércio eletrônico no período pós-pandemia no Brasil: um estudo exploratório. Orientação de Felipe de Melo Gil Costa, RJ: 2023, TCC.

Disponível em < <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/34245> >. Acesso em novembro 2023.

BECARD, D. S. R. O que esperar das relações Brasil-China?. Revista social política , Curitiba, v.19, p. 31-44, nov. 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/VbVcz7ZFJThg9r4DkSTTjnF/?lang=pt#> >. Acesso em fevereiro 2024.

BEZERRA, W.; FERNANDES, N. Análise dos índices de inovação e os resultados recentes da balança comercial brasileira. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 15, n. 2, abr. - jun. 2021. Disponível em < <https://periodicos.uff.br> >. Acesso em setembro 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. Da macroeconomia clássica à keynesiana. Versão corrigida em 1974 de apostila publicada originalmente em 1968. EC-MACRO-L-1968 (E-73). São Paulo, abril de 1968. Revisado em maio de 1976. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/268347252_Da_macroeconomia_classica_a_keynesiana >. Acesso em abril 2024.

CAVINATO, N. R. A participação dos BRICS na economia mundial. Orientação de Marcos José Barbieri Ferreira. Limeira, SP: [s.n.], 2017. TCC. (1 recurso online (96 p.)), il., digital, arquivo PDF. Disponível em < <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1633408> >. Acesso em novembro 2023.

CESAR, S. E. M.; SATO, E. A Rodada Doha, as mudanças no regime do comércio internacional e a política comercial brasileira. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 55, n. 1, p. 174–193, 2012. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0034-73292012000100010> >. Acesso em janeiro 2024.

CHIANCA DANTAS, A. Cooperação sul-sul entre Brasil e China: uma análise das iniciativas em ciência, tecnologia e inovação. Revista Tempo do Mundo, n. 31, p. 257-283, 30 abr. 2023. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/435> >. Acesso em novembro 2023.

COELHO, J. C.; CAPINZAIKI, M. R. Hierarquia dos Estados no regime Econômico-Financeiro: os BRICS e a governança econômica global. Revista tempo do mundo, n. 1, v. 3, jan. 2017. Disponível em < <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7390> >. Acesso em novembro 2023.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). Relatório de Investimentos do BRICS. Disponível em < <https://unctad.org/publications> >. Acesso em junho 2023.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTADa). O Impacto da Pandemia da COVID-19 no Comércio e Desenvolvimento: Lições Aprendidas. Disponível em < <https://unctad.org/publications> >. Acesso em agosto 2022.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTADb). Reformas tributárias internacionais e investimento sustentável. Disponível em < <https://unctad.org/publications> >. Acesso em agosto 2022.

DE FREITAS B. A. A ascensão chinesa, as transformações da Economia-Mundo capitalista e os impactos sobre os padrões do comércio na América Latina. Revista Tempo do Mundo, n. 24, p. 135-174, 10 mar. 2021. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/250> >. Acesso em fevereiro 2023.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. A reconfiguração das Cadeias Globais de Valor (global value chains) pós-pandemia. Estudos Avançados, v. 34, n. 100, p. 203–219, set. 2020. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.013> >. Acesso em dezembro 2023.

GONTIJO, C. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. Brazilian Journal of Political Economy, v. 27, n. 3, p. 413–430, jul. 2007. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000300006> >. Acesso em janeiro 2024.

HISTER, C.; WERLANG, N. Os impactos comerciais de uma Pandemia: O covid-19 e sua interferência sobre índices exportadores. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 12, fev. 2021. Disponível em < <https://doi.org/10.29327/252935.12.2-10> >. Acesso em março 2023.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. Revista Tempo do Mundo, v. 2, n. 1, p. 84-97, jan. 2016. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/50> >. Acesso em agosto 2022.

HOHN, E. Impactos do covid-19 na economia: uma análise do setor de exportação e importação. Jul. 2021. Disponível em < www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos >. Acesso em abril 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Pesquisa para cooperação de investimentos entre Brasil e China. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=65b03ec9-9541-4204-9fba-ebc9d98136c2&highlight=WyJyZW5hdG8iLCJiYXVtYW5uIiwicmVuYXRvIGJhdW1hbm4iXQ==> >. Acesso em agosto 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Medidas de enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia Covid-19: Panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha. Disponível em < <http://repositorio.ipea.gov.br> > Acesso em setembro 2022.

JAYME JR, F. G. Comércio internacional e crescimento econômico. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 69, p. 01-17, 2001. Disponível em < funcex.org.br >. Acesso em fevereiro 2024.

KALOUT , H.; MARTINS DA COSTA, H. B. A rivalidade China-EUA e os interesses estratégicos do Brasil. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, [S. l.], n. 2, p. 70–89, 2022. Disponível em < <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/30> > Acesso em agosto 2023.

LIMA, M. L. C. Relações comerciais e políticas entre Brasil e China no século XXI e os efeitos da pandemia do covid-19. 2021. 28 f. Disponível em < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33289> >. Acesso em Julho 2023.

LOBATO, L. de V. C.. A questão social no projeto do BRICS. Ciência & Saúde Coletiva, p. 2133–2146. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.09072018> >. Acesso em Novembro 2023.

LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. Carta Internacional, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020. DOI: 10.21530/ci.v15n3.2020.1029. Disponível em < <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1029> >. Acesso em abril 2024.

MEDEIROS, S. N. L.. Relações Comerciais entre Brasil e China no período de 2007 a 2014. 2015. Tese (Bacharelado em Economia) - Curso de Economia - Universidade Federal de

Pernambuco, Caruaru, 2015. Disponível em: <
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41642>>. Acesso em fevereiro 2024.

MOREIRA, U.. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. Revista de Economia Política, v. 32, n. 2, p. 213-228, abril-junho 2012. Disponível em: <
<https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000200004>>. Acesso em abril 2024.

MOTA, J. A.. Impacto da Covid-19 nas exportações das principais commodities brasileiras. Radar: tecnologia , produção e comércio exterior, Brasília, n. 65, 40 p. abr. 2021. Disponível em < <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10607> > Acesso em fevereiro 2022.

OLIVEIRA, B. A.; TOLEDO, A. C.; LOPES, E. L.. Evolução da Experiência no Varejo de Serviços: Um Exemplo do Setor de Telecomunicações Brasileiro. ReMark - Revista Brasileira de Marketing, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 223–250, 2013. DOI: 10.5585/remark.v12i1.2471. Disponível em <
<https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/11978>>. Acesso em janeiro 2024.

OLIVEIRA, H. A.. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? Revista brasileira de política internacional, São Paulo, v.43, p. 88-106, nov. 2010. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mDfHPGdggWSHwDSXDr9rnSH/#>>. Acesso em fevereiro 2024.

OLIVEIRA, D. M.; PINTO, C. E. C.. Comércio internacional entre brasil e china: parceria ou concorrência? Revista Processando o Saber, v. 9, p. 08-26, out. 2017. Disponível em: <
<https://fatecpg.edu.br/revista/index.php/ps/article/view/57>>. Acesso em fevereiro 2024.

PAIM RIFAN QUINTAM, C.; ASSUNÇÃO, G. M. de. PANORAMA DO AGRONEGÓCIO EXPORTADOR BRASILEIRO. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 4, n. 7, p. e473642, 2023. Disponível em: <
<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3642>>. Acesso em janeiro 2024.

PAUTASSO, D.; SOARES NOGARA, T.; RENATO UNGARETTI, C.; DORIA, G. A iniciativa do cinturão e rota e os dilemas da América Latina. Revista Tempo do Mundo, n. 24, p. 77-106, 10 mar. 2021. Disponível em <
<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/259>>. Acesso em agosto 2022.

PENA, H. W. A. .; CORDEIRO, V. L. .; LISBOA, E. G. .; CHAVES, M. S. Comércio exterior Brasil e China: do contexto histórico do relacionamento bilateral às tendências

pós-pandemia da COVID-19. *Conjecturas*, [S. l.], v. 22, n. 17, p. 971–991, 2022. Disponível em < <http://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1870> > Acesso em agosto 2023.

PEREIRA, M. G.. A CHINA COMO PRINCIPAL PARCEIRO COMERCIAL DO BRASIL: Uma análise das vantagens e desvantagens. Orientação de Márcio Dourado Rocha. Anápolis, GO: 2022, TCC. Disponível em < <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/19782> >. Acesso em novembro 2023.

PINI, A. M.. A crescente presença chinesa na América Latina: desafios ao Brasil. *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*, n. 21, set./dez. 2015. Disponível em < <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6473> >. Acesso em fevereiro 2022.

PRATES, R. C.; PEREIRA, H. P.. Análise dos fatores determinantes do comércio internacional brasileiro: uma análise do modelo gravitacional. *Revista Reflexões Econômicas - REC.* v. 1, n. 1, abr./set. 2015, p. 105-129. Disponível em < <https://periodicos.uesc.br/index.php/reflexoeseconomicas/article/view/825> >. Acesso em Janeiro 2024.

REZENDE, A. A. de .; MARCELINO, J. A. .; MIYAJI, M. . A REINVENÇÃO DAS VENDAS: AS ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS PARA GERAR RECEITAS NA PANDEMIA DE COVID-19. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 2, n. 6, p. 53–69, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3834095 . Disponível em < <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/113> >. Acesso em dezembro 2023.

SANTOS, L. H. B.; DE OLIVEIRA, H. F.. Ortodoxos e evolucionários: uma comparação metodológica e histórica entre as escolas. *Revista Iniciativa Econômica*, v. 2, n. 2, nov. 2016. Disponível em < <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/7972> >. Acesso em abril 2024.

SARQUIS, J. B. S. Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil, FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, Comércio Externa | Comércio Internacional (Brasil) | Política Comercial 2011 1ª Edição. Disponível em < <https://funag.gov.br> >. Acesso em abril 2024.

SILVA, M. L.; FRANCK, A. G. S.; DA SILVA, R. A.; CORONEL, D. A.. Padrão de especialização do comércio internacional agrícola brasileiro: uma análise por meio de indicadores de competitividade. *Rev. Agro. Amb.*, v. 11, n. 2, p. 385-408, abr./jun. 2018.

Disponível em < <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2018v11n2p385-408> >. Acesso em janeiro 2024.

DA SILVA, W. C. A exportação brasileira de serviços no período 2011-2020. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023. Disponível em < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/53286> >. Acesso em fevereiro 2024.

TONI JUNIOR, C. N. . BRICS e pandemia: relações e negacionismo estrutural. RISUS - Journal on Innovation and Sustainability, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 104-112, fev./mar. 2023. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/issue/view/2815> >. Acesso em agosto 2023.

TRECE, J. . Pandemia de Covid-19 no Brasil: primeiros impactos sobre agregados macroeconômicos e comércio exterior. Disponível em < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10331> >. Acesso em agosto 2022.

VIEIRA, R. . Como a pandemia do covid-19 impactou o comércio entre Brasil e China. Disponível em < <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/14747> >. Acesso em abril 2023.

XAVIER, L. F. Exportações entre Brasil e China: uma análise desagregada sobre o aproveitamento de oportunidades comerciais. Recife, 2013. 186 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Economia, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11201> >. Acesso em fevereiro 2024.

ZENONE, M. . As relações de cooperação entre Brasil e China na área tecno-científica, a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010). Disponível em < <https://revistas.faculdaedamas.edu.br> >. Acesso em setembro 2022.

ANTONIO LEONARDO DA ROCHA SILVA VALENÇA

**DISCUSSÃO SOBRE ALGUNS DOS POSSÍVEIS IMPACTOS QUE A CRISE
SANITÁRIA DA COVID-19 OCASIONOU NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE
BRASIL E CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do Curso de Economia do
Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel/licenciado em
Economia.

Aprovado em: 18/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Monaliza de Oliveira Ferreira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Kato (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco